

FORMAÇÃO ESPACIAL E TERRITORIALIDADE DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT¹

Wiliana Mendes dos Santos

RESUMO

Neste artigo busca-se analisar, através do processo de formação espacial, a produção do espaço geográfico e a territorialidade de Lucas do Rio Verde, em sua atual fase de desenvolvimento tecnológico e de acumulação de capital. Este texto desenvolve-se com base em pesquisas bibliográficas-que versam sobre os temas produção espacial e territorialidade e consta de levantamentos de dados secundários coletados *in loco* e da análise e interpretação dos fatos observados. A produção do espaço do referido município está relacionada com a expansão da fronteira agrícola, que, a partir da década de 1970, intensificou o fluxo de migrantes para Mato Grosso e, nos últimos anos, favoreceu as transformações na organização espacial, constituindo-o em um território tecnificado, com agricultura mecanizada (área consolidada e concentrada de produção de soja) e tendente à industrialização na cadeia de alimentos (cadeia-carne/grão). A implementação industrial do Grupo Sadia proporcionou um aumento da força de trabalho e, conseqüentemente, o crescimento urbano condicionado pela oferta de mão de obra. Desse modo, o município passa por um processo de transformação socioespacial, como a ampliação da malha urbana e o fluxo de pessoas - chegando e partindo -, que devem aprender a conviver com o diferente e com as contradições produzidas pelo capital.

Palavras-chave: fronteira agrícola, formação espacial e territorialidade.

RESUMEN

En este artículo se pretende analizar, a través del proceso del espacio de formación, la producción del espacio geográfico y la territorialidad de Lucas do Rio Verde en su fase actual de desarrollo tecnológico y la acumulación de capital. Para este trabajo se utilizaron investigaciones en la biblioteca, para abordar las cuestiones de la producción del espacio y la territorialidad, las encuestas se han realizado de los datos secundarios, el análisis de la visita in

1 Veio sem nota de rodapé

situ e interpretación. El espacio de producción de Lucas do Rio Verde tiene que ver con la expansión agrícola, que desde la década de 1970, se intensificó el flujo de inmigrantes en Mato Grosso y en los últimos años ha favorecido los cambios en la organización espacial, convirtiéndose así en tecnificada un territorio, con la agricultura mecanizada (consolidado y concentrado ámbito de la producción de soja), y con una tendencia a la industrialización de la cadena alimentaria (cadena-carne/grano). La aplicación industrial del Grupo Sadia, a condición de un aumento en la fuerza laboral y, en consecuencia, un crecimiento urbano condicionado por la oferta de trabajo. Así, la ciudad pasa por un proceso de transformaciones socio-espaciales, como la ampliación de las zonas urbanas y el flujo de personas - que llegan y salen - y tuvo que aprender a vivir con las diferencias y las contradicciones producidas por el capitalismo.

Palabras clave: frontera agrícola, el espacio de formación y la territorialidad.

Introdução

O contexto da colonização da Amazônia está relacionado com a inserção do Brasil no modo capitalista de produção, cuja função foi propiciar a expansão da fronteira agrícola do país. Conforme Becker (1990), a ocupação da parte setentrional do Brasil se tornou prioridade após o Golpe Militar de 1964, fundamentado na doutrina de Segurança Nacional.

O governo militar implantou, então, um projeto de modernização pautado no propósito de reestruturação e redistribuição territorial do país. Essa medida instituiu uma política de colonização destinada a solucionar os conflitos existentes nas áreas rurais da região Sul e dar seguimento ao crescimento industrial no Sudeste brasileiro.

A partir de 1970, intensificaram-se as políticas governamentais, agora voltadas para a expansão agrícola no Centro-Oeste e Norte do Brasil e através do Programa de Integração Nacional (PIN) foram construídas rodovias, dentre elas a Cuiabá-Santarém (BR-163), com o intuito de garantir essa expansão e a ocupação dos “vazios demográficos”.

Dessa forma, o governo passou a viabilizar o povoamento da Amazônia por meio do direcionamento dos excedentes populacionais que seriam assentados ao longo das estradas federais abertas na Amazônia Legal. Coube ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) direcionar a colonização da Amazônia, ação que o governo, devido aos altos custos, dividiu com a iniciativa privada. Portanto, ao longo da BR-163 foram implantados vários núcleos de colonização nas duas modalidades, oficial e privada.

A expansão da fronteira agrícola, estimulada pelo governo, favoreceu as mudanças na organização do espaço nos últimos anos. Como resultado, surgiram novas cidades, e uma agricultura de alta produtividade e fluidez, em decorrência da aplicação de técnicas modernas, tornou-se forte presença nesses territórios.

O espaço, objeto da ciência geográfica, caracteriza-se por estar em processo contínuo de transformação e re(construção) pelo ser humano, considerando-se a relação entre natureza e sociedade.

Nessa perspectiva, Lucas do Rio Verde é um dos municípios que passa por grandes mudanças, em função da instalação da cadeia carne/grão; consequentemente, o mundo do trabalho também vem se transformando. Dentre os municípios mato-grossenses sob influência da BR-163, Lucas do Rio Verde é um dos maiores produtores agrícolas, com a ampliação do setor agroindustrial de criação de suínos e aves.

Atualmente, a Sadia S/A, uma das empresas que atua no município, está em fase de conclusão de seu Complexo Agroindustrial, composto por uma indústria de transformação de ração, suínos, aves e embutidos. E essa expansão da cadeia carne/grão proporcionará um aumento da força de trabalho, ocasionando um crescimento urbano condicionado pela oferta de mão de obra.

Neste artigo, propõe-se analisar, através do processo de formação espacial de Lucas do Rio Verde, a produção do seu espaço geográfico e a sua territorialidade, em sua fase atual de desenvolvimento tecnológico e acumulação de capital.

Para a realização deste trabalho, foram utilizadas pesquisas bibliográficas, a partir das quais se traçou um panorama da política de colonização e de implantação da BR-163, abordando os temas produção e organização espacial e territorialidade; levantamentos de dados secundários; e visita *in loco*. Após a coleta de dados, foram feitas as análises e interpretações, relacionando dados empíricos ao referencial teórico sobre os aspectos geográficos da localidade.

A fronteira agrícola mato-grossense

O conceito de fronteira construído durante o regime militar teve como base as teorias de Frederick J. Turner, historiador norte-americano que estudou a conquista do Oeste dos Estados Unidos. Essa ideia de relacionar espaços “vazios” a espaços de povoamento foi utilizada para a expansão de áreas produtivas brasileiras; a noção de espaços “vazios” referia-se a áreas com baixa densidade demográfica habitadas por povos indígenas, ou seja, tidas como áreas selvagens e atrasadas em termos econômicos, necessitando, portanto, se incorporar à civilização e ao capital.

Em face disso, Turner (1999) verifica que a Amazônia Brasileira foi considerada área de fronteira agrícola a fim de se incluí-la na economia nacional e, conseqüentemente, de se inserir do Brasil no modelo capitalista global.

Destaquem-se algumas definições sobre fronteira e as implicações do seu estabelecimento no espaço da Amazônia Mato-Grossense. Para caracterizar e definir a fronteira no Brasil, Martins (1996) considera relevante a situação de conflito social e descreve uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança. Afirma que a Amazônia, desde o início da Conquista, foi objeto de diferentes movimentos de penetração: para a caça e escravização do índio, para a busca e coleta das plantas conhecidas como

“drogas do sertão”, para a coleta do látex e da castanha. A partir do Golpe de Estado de 1964, transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial rápida, massiva e violenta.

A fronteira definida por Machado (1992) refere-se a um lugar onde se pode criar o “novo”, caracterizado pela utilização de técnicas intensivas. Ademais, pode ser considerada um processo que cria a expectativa de melhoria da qualidade de vida da população rural, marginalizada ou sem possibilidade de mobilidade social no lugar de origem, fato justificado pelos pioneiros serem imigrantes e estarem sempre em busca da ascensão no padrão de vida. Enfim, a fronteira está relacionada a um espaço geográfico onde ocorrem processos sociais, refletindo no modo de produção do espaço, sempre sob a égide do capital.

Hoje, a fronteira agrícola mato-grossense ganha outras características, como afirma Bernardes (2006), na medida em que o uso de técnicas modernas constitui a base da produção; assim, a fluidez e a velocidade das técnicas de informação constituem lugares com novos conteúdos.

Na agricultura mecanizada da fronteira, o meio técnico-científico faz parte do cotidiano no campo, através das sementes geneticamente modificadas, da correção e fertilização do solo e outros insumos agrícolas. Destaca-se a importância dos capitais fixos (estradas, silos etc.) e dos capitais constantes (maquinários, veículos, adubos etc.), proporcionando a necessidade de movimento, o crescimento do fluxo de capitais, matérias, informação; moldando as relações; exercendo a participação com o comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais. (SANTOS, 1997).

A (re)ocupação da Amazônia Mato-Grossense

A Amazônia se configura como um espaço que atrai os olhares econômicos do restante do mundo, por causa de suas potencialidades, recursos minerais, energéticos e vegetais. No Brasil, compreende os estados do Amazonas, Amapá, Acre, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão; a delimitação dessa área, denominada Amazônia Legal e com aproximadamente cinco milhões de quilômetros quadrados, foi criada e instituída pela Lei 5.173/66.

Apesar de todo o estado de Mato Grosso estar inserido na Amazônia Legal, apenas no Norte a formação vegetal é de floresta tropical, de sorte que a maior área do território compõe-se de cerrado e de vegetação de transição ou ecótono. Mas, conforme Machado (1992), os critérios para a

regionalização da Amazônia foram fundamentados na bacia hidrográfica amazônica e, especialmente, em considerações de ordem econômica, política e de desenvolvimento regional.

Desse modo, veremos, de maneira sucinta, como se deu a ocupação da fronteira agrícola e o processo de formação espacial do Norte de Mato Grosso, incentivados pelo governo, a partir dos anos 1970, quando as tentativas para amenizar as desigualdades regionais brasileiras tornaram-se mais concretas, e a ocupação da Amazônia, tidas como ‘desabitadas’.

Becker (1990) avalia que o povoamento da Amazônia a partir da colonização se fez sempre em surtos devassadores, vinculados à expansão capitalista mundial.

As ações governamentais viabilizaram a incorporação de terras através da implantação de redes de integração espacial em polos de desenvolvimento e do direcionamento direto ou indireto (deslocamento espontâneo) dos grupos migrantes, que seriam assentados ao longo das estradas federais abertas na Amazônia Legal.

Esse espaço foi estrategicamente incorporado como nova área para a implantação de grandes projetos de colonização, sob o princípio político-militar da doutrina de Segurança Nacional (defesa e integridade do território). O Estado teve como objetivo principal implantar o desenvolvimento rural por meio das inovações técnicas, destinado a acelerar a reestruturação da nação, incluindo a redistribuição populacional no país. Também tinha outros objetivos, como atender as necessidades de grupos econômicos nacionais e estrangeiros, abrir novos investimentos e mercados, formar mão de obra e aliviar os problemas de tensão social nas áreas rurais, particularmente no Sul do Brasil.

Para isso, providências foram tomadas, tais como a extinção da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) e a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Programa de Integração Nacional (PIN) (1970), além da instituição dos polos de desenvolvimento com vistas a solucionar o problema da desigualdade espacial. Com o *slogan* “Integrar para não Entregar”, lançou a justificativa de que era preciso ligar a Amazônia ao restante do país através da malha viária.

Foram realizados vultosos investimentos na construção de rodovias para a integração da Amazônia, como a BR-163, o trecho Cuiabá-Santarém e a Transamazônica (BR-230). A rodovia Cuiabá-Santarém foi aberta no início da década de 1970, com a finalidade de unir a região Centro-Oeste ao porto de Santarém-PA.

Até os anos 1960, o Norte de Mato-Grosso era mantido à margem do processo ocupacional brasileiro. Logo, o Estado foi alvo de programas de desenvolvimento e políticas de integração nacional e infraestrutura, sendo intitulado “Portal da Amazônia”, pois a ocupação da Amazônia Legal deveria partir do Planalto Central.

Assim, o governo passou a estimular e a viabilizar a (re)ocupação da Amazônia Mato-Grossense através de fluxos migratórios, tendo sido atribuída ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado em 1970, a responsabilidade pela colonização para o povoamento da área, via assentamento de pequenos produtores nas chamadas terras devolutas.

Como tática para atrair migrantes à fronteira agrícola, usou-se de falsa propaganda, propalando-se a abundância de terras férteis, acessíveis a todos; e a possibilidade de melhores condições de vida e de ascensão social ou facilidade de enriquecimento. As promessas incluíam também assistência fácil escoamento de produção, além da contribuição “para o desenvolvimento do País”.

Entretanto, quando chegaram ao local destinado à ocupação, depararam-se com uma situação, muitas vezes, contrária. Devido a esse fato, os pequenos produtores não tiveram oportunidades nem condições para permanecer na fronteira agrícola. A alternativa foi voltar para o local de origem, ou fixar residência nas periferias urbanas, proporcionando, assim, a concentração de terras e favorecendo a expansão do capital.

As novas técnicas agrícolas foram estimuladas por uma série de mecanismos financeiros e incentivos governamentais, como o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e o Banco da Amazônia (BASA).

Decorrente de projetos de colonização oficiais e privados, implementados ao longo da BR-163, a rodovia causou significativas transformações no modo de produção do espaço. A migração para a Amazônia Mato-Grossense favoreceu as mudanças na organização espacial, uma vez que o Estado apresentou expressivo crescimento populacional.

As políticas de integração nacional do século 20, intensificadas a partir dos anos 1970, proporcionaram, na década de 1990, uma significativa mudança na economia do estado de Mato Grosso; surgiram novos espaços, caracterizados por novas cidades; pela adoção de técnicas modernas na agricultura e pecuária; pela implantação de agroindústrias; e pela intensificação das relações comerciais, em âmbito tanto interno quanto externo.

O processo de formação espacial de Lucas do Rio Verde

O município de Lucas do Rio Verde localiza-se na porção Centro-Norte do estado de Mato Grosso (Figura 1), e sua área territorial corresponde a 3.659,86 km², na qual se concentram 30.741 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008), possuindo uma densidade demográfica de aproximadamente 8,3 habitantes por quilômetro quadrado. Sua distância da capital mato-grossense é de cerca de 350 km, sendo a sede do município cortada pela BR-163, fato que também favoreceu seu desenvolvimento econômico.

Quanto à divisão regional, pertence à mesorregião Norte Mato-Grossense e à microrregião do Alto Teles Pires (MIRANDA; AMORIM, 2001), sendo seu relevo predominantemente constituído por topos planos a suavemente ondulados, o que favorece a mecanização agrícola. Essa unidade é denominada de Planalto e Chapada dos Parecis.

A limitação dos solos do município ao uso agrícola deve-se a sua acidez e baixa fertilidade ou disponibilidade natural de nutrientes. Apesar da necessidade de correção do solo para o plantio, as condições climáticas, com as estações seca e chuvosa definidas, aliadas ao relevo de topografia plana e/ou suavemente ondulado, possibilitam ao município adequar-se à agricultura moderna.

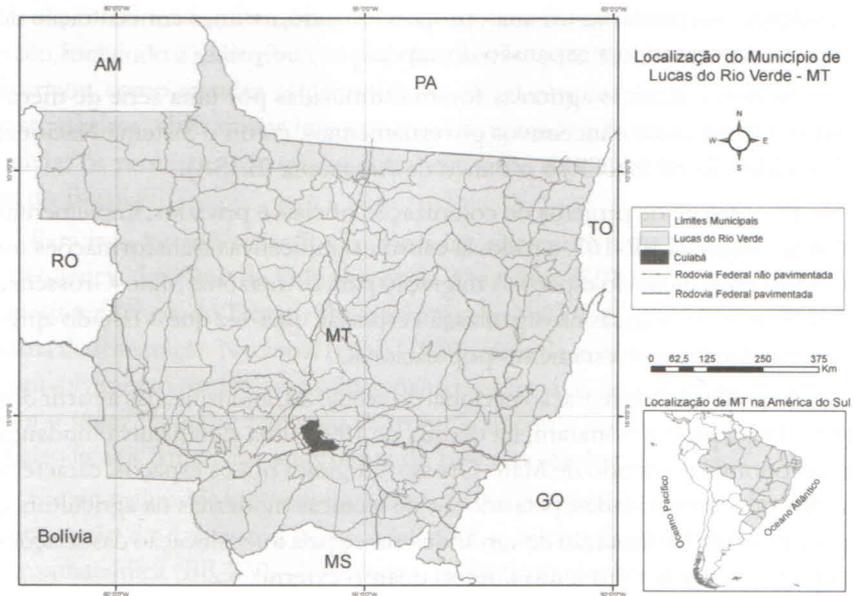


Figura 01 - Localização do município Lucas do Rio Verde-MT

Fonte: Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE) (2003).

Nota: Organização de Olga Patrícia Kummer (2008).

O início da formação espacial de Lucas do Rio Verde entrelaça-se aos interesses políticos e estratégias do governo militar, contextualizadas com as políticas de integração nacional e as obras de abertura da rodovia BR-163, do trecho Cuiabá-Santarém, na metade da década de 1970, que estimularam o deslocamento de migrantes para a Amazônia Mato-Grossense.

Foram implantados Projetos de Assentamento às margens da BR-163, dentre os quais o Projeto Especial de Assentamento (PEA) de Lucas do Rio Verde se distinguiu, pois se definiu como emergencial, destinando-se a atender populações removidas compulsoriamente de áreas de conflito social entre agricultores sem terra e de indígenas no Rio Grande do Sul (MORENO, 1997).

Covezzi (1987) acrescenta que os produtores rurais não proprietários das terras tiveram que deixar as áreas indígenas e acamparam às margens das estradas. Devido às circunstâncias, o governo militar ofereceu áreas inscritas em projetos particulares de colonização, situadas em Mato Grosso (Terra Nova²) e no Rio Grande do Sul (Nova Esperança), os quais não foram, porém, favoráveis. Por esse motivo, por falta de condições básicas para a sua sobrevivência, os colonos logo voltaram para a terra de origem.

A mobilização multiplicou-se e fortaleceu-se por todo o Rio Grande do Sul, até que, em fevereiro de 1981, cerca de trezentas famílias de colonos sem terra deram origem ao acampamento da Encruzilhada Natalino, próximo à Fazenda Sarandi, em Ronda Alta, município do Rio Grande do Sul.

Por pressões de entidades e da imprensa, o INCRA elaborou, em julho do mesmo ano, o projeto Lucas do Rio Verde, propondo-o, de imediato, aos acampados, que, no entanto, estavam irredutíveis em relação às ofertas do governo. Após “convencimentos” individualizados, não havendo outra opção para adquirirem uma propriedade, submeteram-se a ir para a fronteira agrícola mato-grossense, acalentando em seus corações o sonho de se tornarem proprietários de terras.

O PEA situava-se à margem da Rodovia BR-163, trecho Cuiabá-Santarém, a 350 km de Cuiabá. Possuindo uma área total de duzentos e vinte mil hectares, sessenta e cinco mil (oitenta e cinco lotes) já estavam ocupados por posseiros e já se encontravam regularizados pelo INCRA, através da mobilização e organização dos grupos na defesa de seus direitos, restando cerca de cento e cinquenta mil hectares para o assentamento dos colonos.

O INCRA foi incumbido da execução do projeto, do transporte e alojamento dos colonos, da implantação da infraestrutura básica - 96 km de estra-

2 Cerca de 550 famílias foram transferidas para essa área.

das vicinais, armazéns, escolas, centros de saúde e prédios da administração. O prazo concedido ao assentado para o pagamento da terra, somando-se os investimentos, era de vinte anos, com carência de dezesseis meses.

Depois de um ano assentados, os colonos conseguiram acesso ao financiamento do Banco do Brasil, proveniente do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), expandindo os limites das áreas de assentamento em 25 ha para a produção de arroz. Os maquinários, que eram arrendados dos fazendeiros vizinhos, aliados à baixa potencialidade do solo, que necessitava de correção, tornaram o custo da produção muito alto para os pequenos agricultores.

Os problemas agrícolas impossibilitaram a muitos saldar as dívidas do financiamento, de modo que, em menos de dois anos, permaneceram nos lotes aproximadamente vinte famílias. Muitos assentados retornaram ao lugar de origem, venderam os lotes a preços baixíssimos ou trocaram-nos por passagens de ônibus, possibilitando, assim, a concentração fundiária em áreas destinadas à reforma agrária e à produção familiar.

Segundo Castro et al. (1994), com a saída em massa dos colonos oriundos do acampamento Encruzilhada Natalino, o executor do INCRA passou a vender indiscriminadamente os lotes rurais para os latifundiários do Sul do país e para grandes comerciantes da região. A venda era ilegal, pois, na aceção dos autores, as terras incluídas nos projetos dessa instituição “[...] não poderiam ser negociadas durante cinco anos, após a data do registro no Cartório Imobiliário.”

Vale ressaltar que, juntamente com os acampados de Ronda Alta, atraídos pela colonização oficial, também havia os representantes da colonização privada: a Cooperativa Agropecuária de Lucas do Rio Verde (COOPERLUCAS)³, formada por empresários rurais da cidade de Holambra-SP. Seus associados totalizavam cerca de cinquenta famílias de pequenos e médios proprietários de terra capitalizados, provenientes de São Paulo e do Paraná; a área foi escolhida pelo grupo por sua localização, próximo à BR-163.

Quando Lucas do Rio Verde se tornou um distrito, o poder político concentrou-se nas mãos da diretoria da COOPERLUCAS (CASTRO et al., 1994). Posteriormente, no dia 04 de julho de 1988, teve instituída sua emancipação político-administrativa, desmembrando-se da sede de Diamantino.

3 A partir de 1985, o Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER II) possibilitou à COOPERLUCAS remodelar suas instalações, tendo se transformado numa das maiores cooperativas de produtores rurais do Brasil. Em 1994, passou a enfrentar dificuldades econômicas, provocadas por atos de corrupção praticados por dirigentes.

Após esse período, a economia local passou por significativas transformações, deixou de se fundamentar em pequenas propriedades rurais, com técnicas rudimentares, trabalho familiar e comercialização do excedente agrícola, chegando ao processo de modernização e reorganização da agricultura mecanizada, caracterizada pela concentração de terras, técnicas modernas e cultura extensiva de grãos destinada à exportação.

Assim, a produtividade do município dá-se em função do nível de tecnificação, especificamente a agricultura moderna, base da economia, e relaciona-se diretamente com outros setores econômicos, como a indústria de esmagamento de soja do Grupo Amaggi, a Usina de *biodiesel* Fiagril Comércio e Representações (originado de óleos vegetais e gordura animal), a Unidade Industrial da Sadia e Dânica Termoindustrial Centro-Oeste, além do setor de prestação de serviços.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde (2008), a partir da agricultura é que surgem possíveis investimentos em outros segmentos, como o de serviços e o de indústria. As médias e grandes propriedades rurais produzem grãos e fibras como soja e milho, para abastecimento das agroindústrias de aves e suínos e para as exportações.

O município apresenta um crescimento econômico significativo, e a taxa de crescimento populacional acompanha essa dinâmica. Quando da sua emancipação político-administrativa, a população aproximava-se dos 5.500 habitantes, crescendo, em 1991, para 6.693; em 1996, 12.505; em 2000, 19.316; e em 2007, para 30.741.

Nos anos 1990, ainda houve o deslocamento, mesmo que menos acentuado, dos migrantes procedentes da região Sul. Porém, na última década, Mato Grosso passou por um processo de migração interna, em que parte dos mato-grossenses migrou para as áreas de fronteira agrícola.

Mas, o município de Lucas do Rio Verde no último decênio recebeu migrantes de várias regiões brasileiras, devido à propaganda de oportunidade de emprego e qualidade de vida – IDH – da população residente; a ideia do “novo eldorado” é transmitida pelos meios de comunicação local e nacional, promovida pelo setor público municipal e privado. A maioria dos migrantes laborais que chegam à cidade é nordestina e enquadra-se como mão-de-obra barata e exploratória ao modelo de produção capitalista da Unidade Industrial do Grupo Sadia.

A (re)produção do espaço geográfico de Lucas do Rio Verde se dá pela dinâmica e contradição do capital. E, relembando as questões geopolíticas e sociais desse espaço, que envolvem o município em suas origens, temos que:

Atualmente, poucas famílias dos assentados de Ronda Alta ainda continuam de posse de suas terras no município. Pressionadas pelas inúmeras dificuldades daquele período, muitas delas desistiram de seus sonhos e outras perderam terreno para a agricultura extensiva que começava a ocupar a vastidão do cerrado. (PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE, 2008).

Nesse relato, reconhecem-se os conflitos ocorridos durante o processo de ocupação e formação espacial de Lucas do Rio Verde. Mesmo com as ações governamentais implementadas, nos anos 1980, por meio do INCRA, oportunizando o acesso a terra pelos pequenos produtores rurais, o Estado permitiu à iniciativa privada conduzir o processo de ocupação e a reprodução do capital, predominando na atualidade, a concentração de terras e uma agricultura tecnificada para atender as agroindústrias e ao mercado externo.

4 A territorialidade em Lucas do Rio Verde

Decorrente de políticas governamentais, a vinda de migrantes sulistas e o emprego de técnicas de modernização agrícola na Amazônia Legal produziram novas formas de ocupação e organização do espaço, especialmente no modo de re(construção) do território Norte Mato-Grossense.

Essa porção do Estado sofreu transformações ao ter aumentado o número de habitantes, devido ao intenso fluxo migratório e, posteriormente, à expansão da soja no cerrado e na Amazônia Mato-Grossense. Para compreendermos essas mudanças, faz-se necessário observarmos as noções de território e territorialidade.

A noção de território dá-se quando em determinado espaço ocorrem relações de poder. Como afirma Corrêa (2002, p. 251), o conceito de território é diferente do de espaço e a este se subordina, ou seja, o território é o espaço revestido da dimensão política e afetiva ou de ambas. Esse território refere-se tanto à questão de controle, de dominação, quanto a práticas afetivas vinculadas a sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares que garantem a apropriação e permanência de um dado território por certo agente social, o Estado, os grupos sociais.

Entendemos que os conceitos de território e territorialidade estão interligados, uma vez que, a “[...] formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas.” (ANDRADE, 2002, p. 214).

O conceito de territorialidade resulta da concepção circunscrita à área da Geografia Humanista e Cultural, referenciada nas filosofias do significado e

assinalada pela subjetividade, a partir dos sentimentos espaciais, havendo vários tipos de espaços: pessoal, grupal, mítico-conceitual, sagrado. O espaço é marcado, ainda, por uma afetividade e manifesta-se ao se gostar dos lugares.

Por intermédio da territorialidade, os grupos utilizam suas lembranças do “velho” lugar para a (re)criação de um espaço com características semelhantes, modelando-o conforme a sua forma de organizar no espaço, com as mesmas práticas e relações sociais, e, desse modo, apropriando-se do território através da conscientização coletiva.

À produção e transformação do espaço geográfico em território, quer por meio da criação de novos territórios, da reconstrução parcial de velhos territórios, quer pela recriação parcial, em outros lugares, de um território novo, com características do velho território, dá-se o nome de novas territorialidades ou re-territorialidades.

No caso das migrações, há o abandono dos velhos territórios para os novos (CORRÊA, 2002), mas mantendo-se as características dos originais, ou seja, do lugar que foi deixado. “[...] num espaço destituído de sua história [...] uma parcela dos novos atores hegemônicos tenta reconstruir a sua maneira [...] espaços representativos de uma identidade territorial.” (HAESBAERT, 2005).

No contexto da territorialidade, da ocupação recente e da expansão da agricultura moderna da pré-Amazônia Mato-Grossense ocorre a apropriação do território, buscando-se recriar o espaço/símbolo para a exposição de sua identidade (Figura 2). Tanto que o espaço urbano reproduz os antigos espaços, mas com traços de “modernidade”, além de bairros e instituições públicas homônimas ao do lugar de origem, configurando, assim, uma reprodução do antigo território.

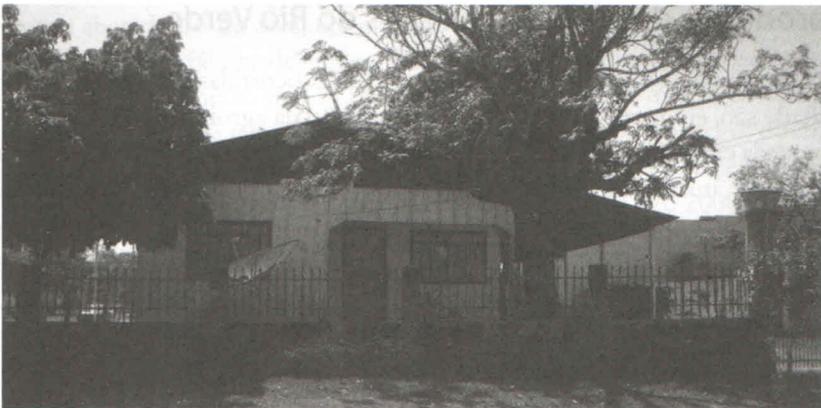


Figura 2 - Residência em Lucas do Rio Verde típica de áreas de colonização europeia no Nordeste do Rio Grande do Sul

Fonte: Wiliana Mendes (2008).

Observamos na Figura 2 que as primeiras casas dos migrantes possuem os mesmos padrões de suas antigas casas da região Sul do Brasil. Desse modo, o município de Lucas do Rio Verde é uma re(criação) das cidades sulistas, pois os atores hegemônicos, representados pelo poder político local e demais agentes produtores do espaço, buscam realizar obras de infraestrutura com base em seus velhos territórios.

Juntamente com a reprodução espacial, há as reproduções culturais, dentre as quais se destacam os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), as igrejas luteranas, o hábito de tomar chimarrão, as danças típicas do Sul, como o vaneirão, o xote, a rancheira.

Ao se apropriarem do território, procura-se recriar o espaço/símbolo para expor sua identidade, de tal modo que o espaço urbano reproduza os antigos espaços, marcados por traços lineares, largas avenidas, bairros planejados e dotados de infraestrutura, tudo isso apontando para a “modernidade e o progresso”.

Numa perspectiva econômica, esses espaços são caracterizados por Haesbaert (2005) como espaços “gaúchos”, áreas altamente produtivas, “fruto do pioneirismo sulista”, acompanhados muitas vezes pelo sentimento de etnocentrismo.

Conseqüentemente à valorização da identidade de atores hegemônicos, muitas vezes ocorrem a desvalorização e a exclusão dos demais grupos, como os nativos do Estado, denominados cuiabanos, e os migrantes nordestinos.

A intervenção do Grupo Sadia no processo de produção do espaço em Lucas do Rio Verde

As recentes transformações socioespaciais ocorridas em Lucas do Rio Verde são, em parte, causadas pela implantação da agroindústria Sadia S/A, fundada em 1944, no município de Concórdia-SC, por Atilio Francisco Xavier Fontana, atuando no segmento agroindustrial e na produção de alimentos derivados de carnes suína, bovina e aves (frango e peru), além de outros produtos, caracterizando-se como uma das maiores agroindústrias do setor.

Santos e Silveira (2006) consideram o grupo Sadia como circuitos espaciais da produção, ou seja, espaços em movimento, definidos pela circulação de bens e produtos. Através dos fixos, essa dinâmica indica os fluxos no território: “[...] cada ramo da produção produz uma lógica territorial, que se torna visível por meio da distribuição no território dos pontos de interesses para a operação dessa empresa.”

A inserção dessa empresa em Mato Grosso ocorreu em 1976, com a inauguração de um frigorífico de bovinos em Várzea Grande. Segundo Espíndola (apud SANTOS; SILVEIRA, 2006), por meio de incentivos fiscais, o Grupo, na década de 1980, expandiu seu parque industrial, com a implantação de unidades de esmagamento e produção de óleo de soja no município de Rondonópolis e a aquisição de um frigorífico de bovinos em Barra do Garças. Em 1991, instalou-se um abatedor de aves em Várzea Grande, com granjas e quatrocentos aviários em sistemas de integração em Campo Verde e Chapada dos Guimarães.

A instalação de um complexo agroindustrial do Grupo em Lucas do Rio Verde tinha o objetivo de agregar valor ao operar na indústria de esmagamento de soja, cujo farelo era utilizado na produção de ração, constituindo um sistema articulado para obter maior rentabilidade. Em 2005, a Cooperativa Agropecuária Industrial Luverdense (COOAGRIL) vendeu seus ativos de suínos (granjas produtoras de leitões e matrizes) para a Sadia S/A. Esta, por sua vez, no ano de 2006, iniciou a construção da Unidade Industrial, e, conforme divulgado no *site* oficial da empresa, os investimentos previstos seriam de R\$ 800 milhões.

A implantação dessa unidade no município deveu-se a um conjunto de fatores, tais como o incentivo fiscal municipal - ofertas de terreno a um preço irrisório; a proximidade das áreas rurais com altos índices de produção de grãos - para abastecer a fábrica de rações; a oferta de menor número de produtores com maiores extensões de terras para implantação do sistema integrado de suínos e aves.

Em fase de conclusão das instalações, a Unidade Industrial constitui-se de um abatedouro de aves, um abatedouro e um setor de industrialização de suínos e uma fábrica de rações. Em pleno funcionamento, as metas contabilizam o abatimento de 114 milhões de frangos e 1,25 milhão de suínos por ano. Espera-se a geração de aproximadamente seis mil empregos diretos e outros dezoito mil indiretos na região, incluindo a força dos produtores integrados que atuarão como parceiros da empresa (SADIA, 2008).

Com a estrutura da indústria e os empregos disponibilizados, houve dificuldade para se encontrar mão de obra, problema que viria a ser resolvido com a chegada de trabalhadores oriundos de diferentes lugares. Em face disso, o Grupo deu início, em Mato Grosso, no segundo semestre de 2008, a um processo seletivo para a ocupação de cargos nas áreas operacional, administrativa e de manutenção e técnica; e para atuação nos frigoríficos de frango e suíno e no setor de industrializados.

Os trabalhadores foram procurados, também, em outros estados da região Nordeste, tendo sido o seu recrutamento realizado através de uma empresa terceirizada, responsável pela publicidade e esclarecimento das dúvidas, bem como por intermediar o acerto com aqueles que aceitassem a proposta de mudar-se para Mato Grosso e trabalhar na Unidade Industrial de Lucas do Rio Verde.

Os benefícios propagados eram muitos: assistência médica, odontológica e funeral; previdência privada; alimentação; moradia; escolas, tanto para os funcionários que não tivessem concluído os estudos, como para os filhos; creches; e Participação Parcial dos Resultados (PPR) da empresa, uma espécie de décimo quarto salário, com a divisão de 5% dos lucros do Grupo entre todos os funcionários.

As duas formas de recrutamento de trabalhadores para a Agroindústria Sadia, dentro e fora do Estado, tinham o intuito de atrair várias famílias ou empregados solteiros para o município, suprimindo a carência de mão de obra barata existente em Lucas.

Com o estímulo a esse processo migratório, haveria a necessidade de se resolver o problema de moradia dos trabalhadores da empresa. A falta de residências disponíveis na cidade para abrigá-los, levou a Sadia a construir o Conjunto Habitacional Luiz Carlos Tessele Júnior I e II, localizado no limite do perímetro urbano e contando com 1.500 casas pré-moldadas e padronizadas, sendo dois dormitórios, uma sala, uma cozinha e um banheiro; todas forradas com laje; cobertas telhados sustentados por estruturas metálicas; e sem nenhum muro entre elas.

Pela moradia, desconta-se na folha de pagamento o valor de R\$ 200,00 por casal ou R\$ 50,00 por funcionário solteiro, sendo que na casa pode habitar até quatro pessoas solteiras.

Atualmente constituído bairro Tessele Júnior, o Conjunto Habitacional foi construído para abrigar novos funcionários vindos de outras cidades, principalmente dos estados do Nordeste. Desse modo, a residência desses trabalhadores nessa local passa a ser mais um vínculo entre o trabalhador e a empresa, além de segregá-los do espaço urbano, tornando-o, ainda, mais condicionado ao emprego.

Considerações finais

Nessas novas áreas de modernidade, como o município de Lucas do Rio Verde, contemplados com crescimento agroindustrial e populacional, podemos estabelecer a relação entre a (re)produção do espaço geográfico e a expansão do capital a fim de compreender a organização espacial no exercício das atividades humanas.

Historicamente, o espaço passou e ainda passa pelo processo de acumulação técnica e de transformação da natureza, que resulta nas características da sociedade que o produz; e pelo processo de produção e reprodução do capital.

A produção do espaço geográfico de Lucas do Rio Verde se deu através de incentivos governamentais e privados, e, desde o início de sua formação, foi caracterizado por conflitos relacionados à estrutura fundiária, contradições e corrupções; hoje, constitui-se em um território tecnificado, com agricultura mecanizada (área consolidada e concentrada de produção de soja) e com tendência à industrialização na cadeia de alimentos (cadeia-carne/grão).

Devido aos fluxos migratórios, há no município uma diversidade regional e cultural. Os principais grupos que para lá se deslocaram são formados, respectivamente, por sulistas, mato-grossenses e, recentemente, nordestinos, estes últimos estimulados pela oferta de força de trabalho na empresa Sadia. Ressalte-se que estes migrantes passam por um período de adaptação no novo território, enfrentam vários problemas, como o “estranhamento” do lugar, a distância da terra de origem (representado no imaginário), o baixo salário, entre outros.

Cada grupo apropria-se do lugar, reconstruindo seu antigo território, com seu modo próprio de produzir o espaço, seus sotaques, suas festas, suas concepções de mundo e suas particularidades. Desse modo, o município passa por um processo de transformação socioespacial, como a ampliação da malha urbana e o intenso fluxo de pessoas que chegam, tendo que aprender a conviver com o diferente, e partem.

Referências

ANDRADE, Manoel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton et al. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: AnnaBlume; Hucitec; ANPUR, 2002. p. 213-220.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BERNARDES, Júlia Adão. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola. In: _____; FREIRE FILHO, Osni de Luna (Org.). **Geografias da Soja**: BR-163: Fronteiras em Mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006. p. 13-37.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 13 maio 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e Indústria**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

CASTRO, Iná Elias de et al. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CASTRO, Sueli Pereira et al. **A Colonização Oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade**. Cuiabá: EdUFMT, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton et al (Org.). **Território: Globalização e Fragmentação**. 5. ed. São Paulo: AnnaBlume; Hucitec; ANPUR, 2002. p. 251-256.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COVEZZI, Marinete. **A Política de Colonização Oficial no Mato Grosso: estudo de caso sobre Lucas do Rio Verde**. Departamento de Sociologia Política/ICHS. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1987.

FERREIRA, J. C. Vicente. **Mato Grosso e seus Municípios**. Cuiabá: SEDUC, 1997.

HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos” e “Baianos” no “Novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, et al. (Org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 367-415.

Maitelli, Gilda Tomasini; ZAMPARONI, Cleusa A. G. Pereira (Org.). **Expansão da Soja na Pré-Amazônia Mato-Grossense: impactos socioambientais**. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2007.

MACHADO, Lia. A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 02, v. 54, p. 27-56, abr./jun. 1992.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN). **Anuário Estatístico - 2006**. Disponível em: <<http://www.anu.seplan.mt.gov.br/html/indexanu.htm>>. Acesso em: 05 jul. 2008.

MIRANDA, Leodete; AMORIM, Lenice. **Mato Grosso: atlas geográfico**. Cuiabá: Entrelinhas, 2001.

MORENO, Gislaene. Políticas e estratégias de ocupação. In: MORENO, Gislaene; SOUZA HIGA, Tereza C. (org.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

_____. Terra, Poder e Corrupção: a política fundiária em Mato Grosso - 1970/1990. **Revista Mato-grossense de Geografia**, Cuiabá, ano 02, n. 01/02, p. 07-45, 1996/1997.

_____; SOUZA HIGA, Tereza C. (Org.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

PEREIRA, Lisanel da Conceição Patrocínio. A expansão da Fronteira Agrícola e a Realidade da Agricultura Familiar em Lucas do Rio Verde-MT. **Revista Mato-grossense de Geografia**, Cuiabá, ano 05/06, n. 05/06, p. 79-106, 2000/2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE. **Nossa Cidade**. Disponível em: <<http://www.lucasdoriorverde.mt.gov.br/>>. Acesso em: 05 jul. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE. **Prefeitura on Line**. Disponível em: <<http://www.lucasdoriorverde.mt.gov.br/>>. Acesso em: 05 abr. 2008.

SADIA. **Histórico da empresa**. Disponível em: <<http://www.sadia.com.br>>. Acesso em: 05 jul. 2008. Publicação Institucional.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. et al (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: AnnaBlume; Hucitec; ANPUR, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura (Org.). **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ZART, Laudemir Luiz. **Desencanto na Nova Terra: assentamento no município de Lucas do Rio Verde - MT na década de 80**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, jun. 1998. 195 f.